

# Trajetória da comunidade negra rural de Tijuacu- BA: histórias ouvidas e contadas

Carmélia Aparecida Silva Miranda\*

## Introdução

A comunidade negra rural de Tijuacu, a partir da década de 90 do século XX, passou pelo processo de reconhecimento como remanescente de quilombo, ainda seguindo as regras do Laudo Antropológico. O reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo foi publicado no Diário Oficial da União em 28 de fevereiro de 2000. Tijuacu, como tantas outras comunidades negras rurais do Brasil, vem lutando por seus direitos enquanto comunidade quilombola e, especificamente, quanto à demarcação de suas terras, cujo processo de legalização de seu território encontra-se ainda no INCRA.

Acerca das considerações referentes ao conceito de quilombo, pode-se afirmar que este tem passado atualmente por vários questionamentos, diferindo da ideia de rebeldia, de fuga e de enfrentamento. Dentro dessa perspectiva, pode-se considerar Tijuacu, como um quilombo contemporâneo, uma comunidade negra rural habitada por descendentes de escravos que mantêm laços de parentesco e que vivem, em sua maioria, de culturas de subsistência, em terras, por eles, secularmente ocupadas. Diversos autores discutem sobre o conceito de quilombo e sobre a história dos quilombos no Brasil, dentre os quais: Carneiro,<sup>1</sup> Ramos,<sup>2</sup> Freitas,<sup>3</sup> Moura,<sup>4</sup> Reis e Gomes.<sup>5</sup> A historiografia sobre escravidão tem apontado que muitas das comunidades negras rurais do Brasil – consideradas quilombos

---

\* Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus IV – Jacobina. Professora permanente do Mestrado em História Regional e Local e do Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional, ambos localizados no Campus V – UNEB – Santo Antônio de Jesus. E-mail: carmelia15@hotmail.com

<sup>1</sup> CARNEIRO, Edison. *O quilombo de Palmares*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966; CARNEIRO, Edison. *Religiões negras e negros bantos*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1991.

<sup>2</sup> RAMOS, Arthur. *As culturas negras no Novo Mundo*. São Paulo: Companhia Nacional, 1979.

<sup>3</sup> Freitas, Décio. *Palmares: guerra dos escravos*. Porto Alegre: Movimento, 1973.

<sup>4</sup> MOURA, Clóvis. *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió: EDUFAL, 2001; MOURA Glória. “Os Quilombos Contemporâneos e a Educação”. *Revista Humanidades*, Brasília, n. 47, nov. 1999.

<sup>5</sup> REIS, João J.; GOMES, Flávio (Orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

contemporâneos - têm trajetórias diferentes: algumas foram formadas por escravos (ou ex-escravos), após a falência de uma fazenda ou plantação nas décadas anteriores à Abolição; outras são frutos de doações de terras por senhores a ex-escravos; algumas, compradas por escravos libertos (que, em alguns casos, compraram sua própria liberdade); outras, ainda, provêm de doações de terras a escravos que serviram ao exército em tempo de guerra ou doações a escravos por ordens religiosas. O que essas comunidades de diversas origens têm em comum é uma resistência cultural de longas décadas, em um território explorado geralmente pela caça, pesca e agricultura de subsistência, sem subdivisões e escritura oficial.<sup>6</sup>

Essas comunidades estão passando atualmente por um processo de reconhecimento, no qual se inserem aspectos culturais, antropológicos, étnicos e históricos. Algumas dessas comunidades<sup>7</sup> foram reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares,<sup>8</sup> outras se encontram ainda em processo de reconhecimento.

Segundo a Fundação Cultural Palmares, o perímetro quilombola de Tijuacu abrange as seguintes localidades: Alto Bonito, Água Branca, Macaco, Lajinha, Barreiras e Quebra Facão, tendo como sede o distrito de Tijuacu. Presentemente, a comunidade continua vivenciando relações de trabalho com atividades na agricultura de subsistência. Tijuacu, por sua história e cultura, enquadra-se nos requisitos expostos no Art. 62 do ADCT, que rege sobre a ocupação de terras por afro-brasileiros. Os costumes e as tradições de seus habitantes revelam que os mesmos se fazem presente nessa região desde a primeira metade do século XIX. Daí pode-se afirmar que essa comunidade negra rural pode ser considerada remanescente de quilombo, segundo o que rege o referido artigo e as Disposições Gerais da Constituição de 1988.

Até a segunda metade do século XX, Tijuacu era conhecida como Lagarto, e pertencia ao município de Campo Formoso, segundo Silva, “o povoado de Lagarto ao final do século XIX, possuía 25 casas, quase todas cobertas de palha ‘com população de cor’, cerca de 30 famílias residentes”.<sup>9</sup> Em 1953, com a divisão territorial e administrativa dos municípios da Bahia,<sup>10</sup> o referido povoado passa a pertencer ao município de Senhor do Bonfim. Pelos estudos de Silva, percebe-se que a população que residia em Tijuacu, no final do século XIX, antiga fazenda

---

<sup>6</sup> PRICE, Richard. Reinventando a história dos quilombos: rasuras e confabulações. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 23, 2000, p. 249.

<sup>7</sup> Sobre o referido assunto: CARVALHO e GUSMÃO *apud* MOURA, 2001; VOGT, Carlos; FRY; Peter. *Cafundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>8</sup> Entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura, instituída pela Lei Federal n. 7668, de 22 ago. 1988, tendo seu Estatuto aprovado pelo Decreto n. 418, de 10 jan. 1992, cuja missão corporifica os preceitos constitucionais de reforços à cidadania, identidade, ação e memória dos segmentos étnicos dos grupos formadores da sociedade brasileira, somando-se, ainda, o direito de acesso à cultura e indispensável ação do Estado na preservação das manifestações afro-brasileiras.

<sup>9</sup> SILVA, Lourenço P. *Memória histórica e geográfica sobre a Comarca de Senhor do Bonfim*. Salvador: Lutho Typo e Encadernação Reid & Cia., 1915. p. 72.

<sup>10</sup> Lei n. 168, 30 dez. 1953. ESTADO DA BAHIA. *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Salvador, 01 jan. 1954.

Lagarto, era constituída por negros e que viviam em condições bem precárias, em casas cobertas de palha.

## Trajetória

Segundo os narradores, Tijuaçu foi fundado por três negras fugidas do Recôncavo Baiano, mas na memória desses narradores ficou apenas a imagem de Maria Rodrigues, mais conhecida por Mariinha Rodrigues, considerada a fundadora desse perímetro quilombola e possuidora dessas terras. A partir desse contexto, é possível afirmar que Maria Rodrigues, a escrava fugida, a quem os depoimentos se referem, transformou-se na grande provedora do território:

Esta geração é todo mundo parente de Maria Rodrigues... Então, ela teve vários filhos. Essas terras eram todas abandonadas. Então, ela para ter posse das terras, pegava um filho e colocava, como no caso colocou em Quebra Facão, colocou em Barreira, um aqui, um em Lajinha para ter posse da terra.<sup>11</sup>

De acordo com o que se pode inferir dos relatos de alguns depoentes, Mariinha Rodrigues era uma mulher astuta, desbravadora e estrategista que conseguiu prosperar e ser proprietária das terras de Tijuaçu. Para ocupá-las, uma vez que eram verdadeiras matas, a estratégia utilizada foi distribuir seus filhos pelo território. Assim, eles tomaram posse da terra, impedindo que outros a ocupassem. Dessa forma, Mariinha Rodrigues conseguiu manter essas terras sob seu domínio.

Mariinha Rodrigues quando foi construindo família, ela fez uma estratégia colocar um de seus filhos em cada ponto distante um do outro, para que fosse povoado e ela tomasse domínio da grande área de terra, ou seja, ela formasse um pedaço grande de terra. Foi de forma que ficou mais ou menos assim, hoje tem as comunidades: de Macacos, de Barreira. Então ela saiu circulando, Macaco, Barreiras, Quebra-Facão, Água Branca. Então cada local desse foi colocado uma pessoa, um dos filhos um descendente dela, para que esses lugares fossem crescendo e ficasse interligados um ao outro, é como se demarcasse um perímetro e, na verdade, nós usamos hoje essa estratégia dela, nós temos essas marcas aqui e nós usamos como perímetro quilombola. Por exemplo: Água Branca, fica numa posição; Macacos, localiza-se em outra posição, então nós fazemos esse círculo aí, que é, já foi medido aproximadamente 2.700 e mais alguns metros quadrados, então mais ou menos esse é o perímetro quilombola que nós temos hoje...<sup>12</sup>

O domínio e a posse da terra por ocupação foram a estratégia utilizada por Mariinha Rodrigues. Ela soube delimitar o espaço e dominá-lo juntamente com os

<sup>11</sup> SANTOS, Valmir dos. Tijuaçu, 20 abr. 2001. Entrevista concedida a Carmélia Aparecida Silva Miranda.

<sup>12</sup> RODRIGUES, Antônio M. Tijuaçu, 02 fev. 2005. Entrevista concedida a Carmélia Aparecida Silva Miranda.

membros de sua família. A atitude de Mariinha Rodrigues foi sábia e inteligente. A família, nesse caso, foi predominantemente fator de integração social. No Brasil escravista, ter muitos filhos significava uma segurança na velhice, “os filhos se situavam na escala familiar com a mesma importância, não importando se fossem naturais ou legítimos, desde que livres ou libertos”.<sup>13</sup> A referida autora ainda acrescenta:

Afora os motivos de ordem afetiva que sem dúvida atuavam de forma incontestável, não se pode deixar de lado a motivação de ordem econômica que levava os libertos, homens e mulheres, a comprar a alforria para os filhos concebidos durante o período de cativo da mãe. Livres, esses iriam com seu trabalho auxiliar na manutenção dos pais e na formação de um pecúlio comum que permitiria uma vida melhor para todos.<sup>14</sup>

Os filhos, para os libertos, representavam a prosperidade, pois todos unidos, trabalhando, podiam gozar de uma vida melhor e de conforto junto com seus pais. Segundo os depoentes, os vários filhos de Mariinha Rodrigues possibilitaram-lhe ocupar as terras de Tijuacu. Essas terras transformaram-se, posteriormente, no atual distrito e em pequenos povoados e fazendas. As vozes são unânimes no que se refere à origem dessa comunidade: “é uma família só, tendo como matriarca Mariinha Rodrigues”. Ao esboçar uma linha genealógica das famílias do presente, essas falas traçam laços familiares, justificando as interligações de parentesco entre a população de Tijuacu e localidades vizinhas.

Segundo Funes, a constituição da família foi a primeira forma encontrada pelo escravo, em seu universo social, para amenizar as adversidades, pois, dentro do precário acordo que extraía de seus senhores, o casar-se significava ganhar mais controle sobre o espaço de moradia.<sup>15</sup> O seio da família constituía o espaço em que a autoridade independia, em grande parte, da presença do senhor. Os laços matrimoniais davam certo tom de “autonomia” e “liberdade” para o escravo. Vivendo perto dos seus, daqueles de quem gostava, que conhecia, tinha possibilidade de viver uma vida menos infeliz, pois juntos podiam dividir a dor e a alegria, lutar pela compra de alforria, praticar seus cultos religiosos e comungar dos mesmos costumes.

Em Salvador, no século XIX, Mattoso assinala que a família nuclear entre cativos era instituição não só rara, como essencialmente incompleta ou parcial, uma

---

<sup>13</sup> OLIVEIRA, Maria I. C. *O Liberto: o seu mundo e os outros* – Salvador, 1790-1890. Salvador: Corrupio, 1988. p. 61.

<sup>14</sup> OLIVEIRA, 1988, p. 61.

<sup>15</sup> FUNES, Eurípedes A. Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. In: REIS, João J.; GOMES, Flávio S. (Orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 471.

vez que se moldava às próprias limitações impostas pelo viver escravo.<sup>16</sup> Essas limitações referem-se às atribuições vividas pelos escravos dentro de uma sociedade altamente preconceituosa, na qual vivenciavam situações, no contexto dos plantéis: a necessidade de escolha de parceiros preferenciais fora das unidades senhoriais e os constrangimentos materiais colocados pelo sustento das famílias que, mesmo quando possível de ser arcado por ganhadores, obstruíam as possibilidades de alforria.

Sobre os forros, a autora nota a incidência significativa de famílias naturais, com forte tendência endogâmica, acompanhando uma dupla direção pertinente à sociedade baiana como um todo. Outras informações fazem referência aos quadros da desagregação do sistema escravista e, especialmente entre os africanos, da endogamia e dos casamentos consensuais que fortaleciam as redes de ajuda mútua e solidariedade em face de um ambiente hostil.

Essa rede de ajuda mútua e de solidariedade, através do casamento e das relações de parentesco, também se faz presente em Tijuacu. São as mesmas famílias vivendo nesse distrito secularmente, formando os laços matrimoniais entre parentes. As seguintes famílias habitam essa localidade: os Rodrigues, os Santana, os Damasceno, os Fagundes e os Santos.

Termina todos sendo parentes aí em Tijuacu. É tudo parente; esse parentesco veio de longe. Então, todo mundo termina sendo parente de Mariinha Rodrigues. É a Barreira, o Macaco, o Quebra Facão, Lages, Fazenda Alto, uma família só. Tudo parente, sobrinho. Tudo primo, tudo [sic].<sup>17</sup>

Esse parentesco é percebido nos diferentes povoados e fazendas que compõem esse perímetro quilombola. Observa-se, então, que os laços de parentesco<sup>18</sup> estão bem presentes entre os moradores, tornando-os da mesma descendência.

A forma como o grupo se reproduz culturalmente é uma das características das comunidades quilombolas. O trabalho coletivo e a solidariedade entre o grupo marcam as vivências dessas comunidades.

Outra questão levantada pelos moradores de Tijuacu refere-se à prosperidade de Mariinha Rodrigues. Segundo os depoentes, Maria Rodrigues, sendo uma mulher próspera, residia numa casa de palha. Alguns depoentes

---

<sup>16</sup> MATTOSO, Kátia M. Q. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988. p. 111-117.

<sup>17</sup> SANTANA, Dalva. Fazenda Alto Bonito, povoado de Tijuacu, 11 jan. 2002. Entrevista concedida a Carmélia Aparecida Silva Miranda.

<sup>18</sup> Segundo Augé, essa descendência unilinear denomina-se de Linhagem, grupo de filiação em que todos os membros se consideram como descendentes. AUGÉ, Marc (Dir.). *Os domínios do parentesco: filiação, aliança matrimonial, residência*. Lisboa: Edições 70, 2003. p. 26.

lembram de sua morada e dão risada e se expressam com frases do tipo: “casa de paia,<sup>19</sup> currá na porta, risos...”.<sup>20</sup> Para estes moradores, é difícil imaginar a prosperidade de Mariinha Rodrigues: tendo uma situação privilegiada, proprietária de gado e das terras desse território, continuava morando numa casa de palha. Por isso, quando o referido assunto é discutido, os moradores dão risadas, demonstrando certo deboche.

Sobre a vida de prosperidade e espírito empreendedor de algumas mulheres negras, Mott sugere:

As mulheres nagôs e suas descendentes na Bahia tinham o mesmo espírito empreendedor que as caracterizavam na África. Vendiam no mercado e, boas comerciantes, ganhavam dinheiro e mesmo enriqueciam, tornando-se proprietárias de pequenas casas que alugavam a alugar aos seus compatriotas.<sup>21</sup>

O espírito dinâmico e empreendedor da mulher africana e de seus descendentes trouxe uma grande contribuição à cultura brasileira. Durante o período colonial, não houve trabalho que ela deixasse de executar.

Na faina agrícola, labutavam com a foice e a enxada, desde pequenas, semeavam, catavam ervas daninhas, enfeixavam as canas. Nos engenhos, eram encarregadas de moer as canas e cozer o melado, agrupadas em torno de infernais panelões de cobre. Manufaturavam o açúcar, descaroçavam algodão e descascavam mandioca, base de sua alimentação. Ocupavam-se das tarefas domésticas na casa-grande, onde cozinhavam, lavavam, coziam e arrumavam, assim como na senzala, onde se responsabilizavam pela manutenção de maridos, companheiros e filhos. Também na senzala algumas delas, graças aos inúmeros conhecimentos transmitidos oralmente – o chamado “saber fazer” – tornavam-se parteiras, benzedeiças e temidas feiticeiras.<sup>22</sup>

Outro estudo sobre a prosperidade dos escravos é apresentado por Mattoso:

---

<sup>19</sup> Vasconcelos afirma que, nos primeiros anos do século XVIII, as vilas eram simples aldeolas com casas de sapé, capelinhas de palha, tudo muito precário. A palha continuou bastante empregada em ranchos na zona rural, como acontece ainda hoje em algumas regiões do Brasil. Em Tijuáçu, a palha ainda é muito utilizada nas casas localizadas nas roças. VASCONCELOS, Salomão. Os primeiros aforamentos e os primeiros ranchos de Ouro Preto. *RSPHAN*, n. 5, 1941. Ao referir-se ao século XVIII, o Códice Costa Matoso diz que as capelas e ranchos eram cobertos de sapé. COSTA MATOSO *apud* SCARANO, Julita. *Negros nas terras do ouro: cotidiano e solidariedade século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002. p. 85.

<sup>20</sup> FAGUNDES, Abílio. Tijuáçu, 26 abr. 2001. Entrevista concedida a Carmélia Aparecida Silva Miranda.

<sup>21</sup> MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1991. p. 38.

<sup>22</sup> DEL PRIORE, Mary. *Mulheres no Brasil Colonial*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 18. Sobre o trabalho da mulher escrava: RUSSEL-WOOD, A. J. R. Através de um prisma africano: uma nova abordagem. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, dez. 2001.

Desde o início do século temos antigos escravos que realmente se tornaram homens abastados. Este é o caso, por exemplo, do barbeiro e músico Francisco Nunes de Moraes, falecido em 1811. Quando, em 1790, Francisco fez seu testamento, possuía dois escravos que o ajudavam na sua arte de músico. Em 1810, no codicilo que acrescentou, declara possuir uma verdadeira orquestra, composta de cerca de doze escravos, o que prova certo enriquecimento e, bastante rápido.<sup>23</sup>

Segundo a autora, bastaria que os libertos pudessem viver por muito tempo, possuíssem uma ocupação lucrativa, tivessem casado com mulheres remediadas ou tivessem usufruído boas ajudas para ascender na escala social, pelo menos na econômica.

Seguindo a trajetória de prosperidade de Mariinha Rodrigues, pode-se observar como a mesma se empenhou e conseguiu criar estratégias para tornar-se fazendeira, mulher rica e próspera e proprietária de uma grande extensão de terras.

## Conclusão

Nessa perspectiva, na comunidade negra rural de Tijuacu, encontra-se um hibridismo cultural que emergiu no momento da colonização do Brasil. Há uma reinvenção das tradições culturais, seja ela negra, branca ou indígena. Encontram-se esses elementos nas diferentes relações que se entrelaçam em Tijuacu. O trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com “o novo” que não seja parte do *continuum* de passado e presente. Ele cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradição cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético, ela renova o passado, refigurando-o como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O “passado-presente” torna-se parte da necessidade e não da nostalgia de viver.<sup>24</sup>

É nesse mundo de “entre-lugares” deslizante que vivem os moradores de Tijuacu, dentro dessa junção de culturas que se mediam no decorrer do tempo, possibilitando a constituição de sujeitos culturais híbridos.

Esses narradores consideram-se descendentes diretos dos africanos nagôs. Alguns depoentes narram que seus ancestrais foram cativos e quando chegaram em Tijuacu estavam fugindo da escravidão; tinham esperança de viver para sempre nesse território, longe dos olhos do senhor. “A oralidade vai pontuando essas questões, uma vez que a experiência nunca termina; é constantemente lembrada e retrabalhada”.<sup>25</sup> Assim, a memória sobre suas vidas vai sendo construída a partir de

<sup>23</sup> MATTOSO, Kátia M. Q. *Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX: uma fonte para o estudo das mentalidades*. Salvador: UFBA, 1979. p. 35.

<sup>24</sup> BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 27.

<sup>25</sup> THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre história oral e memória. *Revista Projeto História, Ética e História Oral*, São Paulo, 1997. p. 63.

suas lembranças, pois a memória não é construída arbitrariamente, ela se alimenta das experiências históricas e precisa ser contextualizada. Assim, analisando os depoimentos colhidos, percebe-se que a identidade dos habitantes de Tijuaçu é sedimentada na presença de Mariinha Rodrigues, que constitui o centro de toda história desse território. Os laços familiares firmam-se e concretizam-se com a presença dessa fundadora. A história contada tece questões referentes à memória, à identidade, construção de solidariedade, pertencimento e tradição desse território.

Por seu significado, principalmente nas comunidades em que prevalece a oralidade, a memória é acionada pelos narradores, ampliando horizontes sobre as experiências históricas. Esses informantes são depositários de uma memória que, mesmo narrada de forma individual, expressa lembranças coletivas.<sup>26</sup> Através da tradição oral, o povo expressa sua vida social, seus valores e pensamentos que são repassados pelos mecanismos informais - a família e os anciões. A tradição oral, por outro lado, desvenda a existência de uma literatura e de uma filosofia que normatizam, ao mesmo tempo em que registram a memória.<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> FUNES, 1996, p. 468.

<sup>27</sup> BAIOCCHI, Mari de Nasaré. *Kalunga: povo da terra*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999. p. 37-38.

## Trajetória da comunidade negra rural de Tijuacu-BA: histórias ouvidas e contadas

### Resumo

A referida pesquisa discute sobre a trajetória da comunidade negra rural de Tijuacu, pertencente ao município de Senhor do Bonfim – BA, que, em fevereiro de 2000, foi reconhecida como território quilombola, em sintonia com o Artigo 68 da Constituição Federal de 1988. O processo de reconhecimento dessa comunidade se arrastou pela década de 90, do século XX, quando a comunidade passou a receber visitas de técnicos da Fundação Cultural Palmares e dos vários setores do Movimento Negro da Bahia. A oralidade constituiu nossa fonte principal. Através dela, pôde-se entender as diversas experiências vivenciadas pelos moradores de Tijuacu. As lembranças sobre a ocupação do território e sobre os primeiros moradores estão presentes na fala dos mais velhos integrantes da comunidade quilombola, permitindo o mapeamento das experiências históricas acumuladas. Essas narrativas falam da trajetória do perímetro quilombola e remetem à fundação desse território, a Mariinha Rodrigues, uma negra fugida do Recôncavo Baiano, que no início do século XIX passa a viver nas matas da Fazenda Lagarto, hoje distrito de Tijuacu.

### Palavras-chave:

Trajetória. Comunidade negra rural. Mariinha Rodrigues.

## Tijuaçu's rural Black community path: heard and told histories

### Abstract

This research discusses on the Tijuaçu's rural Black community path, belonging to the municipal district of Senhor do Bonfim – BA, which was recognized as a quilombola territory in February of 2000, in synchrony with the Article 68 of the Federal Constitution of 1988. The recognition process of that community crawled through the 90's of the 20<sup>th</sup> century, when the community started to receive visits of technicians of the Cultural Foundation Palmares and of several sections of the Black Movement of Bahia. The orality constituted our main source. Through the orality, we could understand several experiences lived by the residents of Tijuaçu. The memories about the occupation of the territory and the first residents are present in the speech of the oldest members of the quilombola community, allowing the mapping of the accumulated historical experiences. Those narratives speak about the path of the quilombola perimeter and lead us to the foundation of that territory, Mariinha Rodrigues, a black woman fled of the Bay area from Bahia, which starts to live in Fazenda Lizard's forests in the beginning of the 19<sup>th</sup> century, today district of Tijuaçu.

### Keywords:

Path. Rural black community. Mariinha Rodrigues.

[Recebido em: setembro 2009 e  
aceito em: maio 2010]